



DPE-SP
500 Questões gabaritadas
Analista de Defensoria Pública

LÍNGUA PORTUGUESA

QUESTÕES.....	1
GABARITO	32

DIREITO CONSTITUCIONAL

QUESTÕES.....	1
GABARITO	15

DIREITO ADMINISTRATIVO

QUESTÕES.....	1
GABARITO	15

DIREITO TRIBUTÁRIO

QUESTÕES.....	1
GABARITO	15

DIREITOS HUMANOS

QUESTÕES.....	1
GABARITO	14

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

QUESTÕES.....	1
GABARITO	15

DIREITO PENAL

QUESTÕES.....	1
GABARITO	13

SUMÁRIO



LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL

QUESTÕES.....	1
GABARITO	14

DIREITO PROCESSUAL PENAL

QUESTÕES.....	1
GABARITO	14

DIREITO CIVIL E EMPRESARIAL

QUESTÕES.....	1
GABARITO	15

LEGISLAÇÃO - DIREITO CIVIL E EMPRESARIAL

QUESTÕES.....	1
GABARITO	16

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

QUESTÕES.....	1
GABARITO	15

PRINCÍPIOS E ATRIBUIÇÕES INSTITUCIONAIS DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO

QUESTÕES.....	1
GABARITO	14

D



1. FCC - 2022

Atenção: Para responder à questão, baseie-se no texto abaixo.

O rio de minha terra é um deus estranho.

Ele tem braços, dentes, corpo, coração,

muitas vezes homicida,

foi ele quem levou o meu irmão.

É muito calmo o rio de minha terra.

Suas águas são feitas de argila e de mistérios.

Nas solidões das noites enluaradas

a maldição de Crispim desce

sobre as águas encrespadas.

O rio de minha terra é um deus estranho.

Um dia ele deixou o monótono caminhar de corpo mole

para subir as poucas rampas do seu cais.

Foi conhecendo o movimento da cidade,

a pobreza residente nas taperas marginais.

*Pois tão irado e tão potente fez-se o rio
que todo um povo se juntou para enfrentá-lo.*

Mas ele prosseguiu indiferente,

carregando no seu dorso bois e gente,

até roçados de arroz e de feijão.

Na sua obstinada e galopante caminhada,

destruiu paredes, casas, barricadas,

deixando no percurso mágoa e dor.

Depois subiu os degraus da igreja santa

e postou-se horas sob os pés do Criador.

E desceu devagarinho, até deitar-se

novamente no seu leito.

Mas toda noite o seu olhar de rio

fica boiando sob as luzes da cidade.

(Adaptado de: MORAES, Herculano. O rio da minha terra. Disponível em: <https://www.escritas.org>)

**1. (2024)**

Em 2022, pela primeira vez, o Censo Demográfico apresentou um registro das comunidades quilombolas, mesmo dispondo da contagem dessa população desde 1996. Os dados apresentados são relevantes para aprimorar políticas públicas de acesso à água, saúde, educação e titularização fundiária. Mas, para que não se perpetue a invisibilização dessa parcela da sociedade, é necessário considerar a especificidade de seu modo de vida.

A respeito da compreensão cultural da relação dos povos quilombolas com a terra, analise as afirmativas a seguir.

I. O estabelecimento do direito à propriedade aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras envolve o reconhecimento, pelo Estado, da sujeição ao regime escravocrata a que foram submetidos e do valor de suas lutas pela liberdade.

II. A relação dos povos quilombolas com a terra está intrinsecamente relacionada com os processos de subjetivação dessas sociedades, uma vez que o pertencimento não envolve o domínio sobre qualquer terra, mas a presença em um território que simboliza o direito de existir naquele ambiente e de estar em um local em que antes queridos foram enterrados.

III. A significação do território para essas comunidades foi reconhecida pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), que reconheceu os territórios, elementos naturais, moradias e ritos tradicionais de quilombos como patrimônios culturais do país.

Está correto o que se afirma em

- (A) **I**, apenas.
- (B) **I** e **II**, apenas.
- (C) **I** e **III**, apenas.
- (D) **II** e **III**, apenas.
- (E) **I**, **II** e **III**.

2. (2024)

Compete ao Conselho Nacional de Justiça o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes, sendo este composto de 15 (quinze) membros com mandato de 2 (dois) anos, admitida 1 (uma) recondução.

Diante do exposto e da sistemática constitucional, é **correto** afirmar que será(ão) integrante(s) do referido Conselho

- (A) um Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, indicado pelo respectivo tribunal.
- (B) um juiz estadual, indicado pelo Superior Tribunal de Justiça.
- (C) dois cidadãos, de notável saber jurídico e reputação ilibada, indicados pelo Presidente da República.
- (D) um juiz eleitoral, indicado pelo Tribunal Superior Eleitoral.
- (E) um membro do Ministério Público estadual, escolhido pelo Conselho Nacional do Ministério Público dentre os nomes indicados pelo órgão competente de cada instituição estadual.

**1. (2024)**

A gestão de pessoas, tanto do quadro próprio quanto das terceirizadas, é fundamental para garantir um ambiente de trabalho colaborativo e produtivo, promovendo o desenvolvimento e a satisfação de todos os envolvidos.

Assinale a opção que apresenta uma resposta adequada à condição em que a demanda de trabalho ultrapassa a oferta no modelo baseado na procura estimada do produto ou serviço.

- (A) Corte de pessoas e de salários.
- (B) Subcontratação de autônomos.
- (C) Transferências internas.
- (D) Horários reduzidos de trabalho.
- (E) Recolocação de desligados.

2. (2024)

No exercício de suas atribuições como Procurador Legislativo da Câmara Municipal de São Paulo, Roger foi questionado acerca da viabilidade de certa lei de efeitos concretos importar em responsabilização civil do Estado, mesmo que a sua constitucionalidade tenha sido reconhecida pelas vias pertinentes, à luz da doutrina e jurisprudência acerca do tema.

A resposta **correta** de Roger ao aludido questionamento é a de que

- (A) não é possível a responsabilização civil do Estado pela edição de normas em nenhuma hipótese.
- (B) não é possível a responsabilização civil do Estado pela edição de normas constitucionais, ainda que a lei seja de efeitos concretos.
- (C) é possível a responsabilização civil do Estado pela edição de quaisquer normas, ainda que constitucionais e que não gerem danos anormais individualizáveis.
- (D) é possível a responsabilização civil do Estado pela edição de leis de efeitos concretos, ainda que constitucionais, caso gerem danos anormais individualizáveis.
- (E) é possível a responsabilização civil do Estado pela edição de lei de efeitos concretos que gerem danos anormais individualizáveis, apenas se reconhecida a inconstitucionalidade da norma.

3. (2024)

A Lei nº 14133/2021 indica as condições em que o processo licitatório é dispensável e o agente público deve avaliar a conveniência e a oportunidade da contratação direta.

No caso de obras e serviços de engenharia, uma hipótese para dispensa de licitação é a contratação em valores inferiores a

- (A) R\$25.000,00
- (B) R\$50.000,00
- (C) R\$75.000,00
- (D) R\$100.000,00



1. FCC - 2022

A Lei Complementar 101/2000 estabeleceu como base de cálculo para o cumprimento de limites de gastos com pessoal a receita corrente líquida. Nos termos dessa norma, integram a receita corrente líquida as receitas

- (A) tributárias e operações de crédito.
- (B) de contribuições e transferências correntes.
- (C) patrimoniais e alienação de bens.
- (D) industriais e amortização de empréstimos.
- (E) de serviços e transferências de capital.

2. FCC - 2022

A Lei Complementar nº 101/2000 instituiu o anexo de metas fiscais. No que concerne a este instrumento de planejamento,

- (A) integrará o projeto do Plano Plurianual.
- (B) tem por objetivo a avaliação do cumprimento das metas no exercício corrente, não se prestando para a avaliação do cumprimento dos exercícios anteriores, que devem possuir seu próprio anexo de metas fiscais.
- (C) não tem por finalidade a avaliação da situação atuarial.
- (D) conterá evolução do patrimônio líquido, nos últimos três exercícios, destacando a origem e a aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos.
- (E) deverá conter metas relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os três seguintes.

3. FCC - 2021

O Anexo de Riscos Fiscais é um importante documento para o planejamento da ação estatal, pois nele são avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas, caso se concretizem. Tal documento deve integrar

- (A) a Lei Orçamentária Anual.
- (B) o Plano Plurianual.
- (C) a Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- (D) o Decreto anual de execução orçamentária.
- (E) a Exposição de Motivos da Lei Orçamentária Anual.

4. FCC - 2023

Nos termos da Lei Complementar nº 101/2000, constitui renúncia de receita, a

- (A) cobrança abusiva dos créditos do poder público.
- (B) concessão de incentivos econômicos com o objetivo de estimular o desenvolvimento regional.



1. FCC - 2022

O Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU)

(A) integra, ao lado da Comissão de Direitos Humanos e da Subcomissão para a Promoção e Proteção dos Direitos Humanos, a estrutura geral de proteção dos direitos humanos da ONU.

(B) é presidido pelo Alto Comissário de Direitos Humanos das Nações Unidas.

(C) é, em relação à sua estrutura, um órgão subsidiário da Assembleia Geral das Nações Unidas.

(D) goza de natureza permanente e sua composição é universal, dispondo cada membro da ONU de um assento no Conselho.

(E) tem como atribuição, entre outras, chancelar as ações dos comitês temáticos convencionais e referendar as decisões que impõem sanções aos estados denunciados.

2. FCC - 2023

Considere os seguintes textos:

[...] Os direitos humanos, mais que direitos “propriamente ditos”, são processos; ou seja, o resultado sempre provisório das lutas que os seres humanos colocam em prática para ter acesso aos bens necessários para a vida.

(HERRERA FLORES, Joaquín. A (re) invenção dos direitos humanos. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009, p. 28)

[...] Mas é preciso estar atento e forte. O senso comum imagina que a democracia é algo que você veste e sai andando – não é.

[...] Se tiver uma faixa “DEMOCRACIA, ENTRE”, é bobagem, você vai entrar e levar um soco na cara. Os poetas dizem que a democracia é uma utopia, algo que se busca não que consome. É um desafio que uma sociedade determinada exercita como experiência cotidiana. Assim como a ideia de liberdade, de integridade de um povo, a democracia deve ser constantemente construída, ela não tem o dom de se instalar e está sujeita a todo tipo de ataque”.

(KRENAK, Ailton. Futuro ancestral. São Paulo: Companhia das Letras, 2022, p. 44)

A partir da análise dos textos acima, em cotejo com as construções teóricas e jurisprudenciais sobre democracia e direitos humanos, é correto afirmar:

(A) A democracia e a concretização dos direitos humanos são processos históricos sem retrocessos depois de instalados.

(B) A construção da democracia e dos direitos humanos dispensam o resgate da memória histórica, já que são experiências cotidianas.

(C) O processo de concretização dos direitos humanos e de fortalecimento democrático tem sido linear e definitivo.

(D) O direito à verdade não se aplica a contextos declaradamente democráticos, pois visa apurar fatos ocorridos em regimes abertamente ditatoriais.

(E) As garantias de não repetição buscam fortalecer a democracia e prevenir futuras violações de direitos humanos.



1. FCC - 2021

Ao atuar perante a Vara da Infância e Juventude, apresenta argumento fundamentado expressamente em lei ou em jurisprudência dominante dos tribunais superiores, o Defensor Público que, na defesa

- (A) do adolescente internado, em favor de quem o programa socioeducativo sugeriu em relatório a extinção de internação, alega que o juiz está vinculado a decidir nos termos do relatório favorável.
- (B) do pai, de cujo convívio o filho pequeno foi afastado por suspeita de agressão por ele praticada, alega serem lícitos castigos físicos aos filhos, desde que moderados e com propósito educativo.
- (C) da mãe, à qual se imputa a exclusiva responsabilidade por não ter comparecido às consultas de pós-parto de seu filho, alega que o Estado foi igualmente omissivo, já que lhe caberia fazer a busca ativa da puérpera.
- (D) dos pais, aos quais se atribui a grave omissão de não matricular os filhos em escola de ensino fundamental, alega que o ensino domiciliar foi declarado constitucional e pode ser aplicado antes mesmo de sua regulamentação.
- (E) do adolescente, em face de quem se propõe a prorrogação da medida de liberdade assistida por infrequência escolar, alega que o comparecimento à escola não integra o conteúdo da medida.

2. FCC - 2020

O acompanhamento domiciliar é previsto expressamente no Estatuto da Criança e do Adolescente

- (A) para o atendimento das crianças na faixa etária da primeira infância com suspeita ou confirmação de violência de qualquer natureza, se necessário.
- (B) nas hipóteses de desistência dos genitores da entrega de criança após o nascimento, pelo prazo de 180 dias.
- (C) para crianças e adolescentes reintegrados à sua família natural ou extensa após a permanência em serviços de acolhimento institucional.
- (D) às gestantes que apresentem gravidez de alto risco à saúde e ao desenvolvimento do nascituro.
- (E) às crianças detectadas com sinais de risco para o desenvolvimento biopsicossocial por meios dos protocolos padronizados de avaliação.

3. FCC - 2023

No que tange à concepção de família, estabelecida no ECA, considere as designações e as características a seguir:

Designações de Família

1. Ampliada
2. Natural
3. Substituta



1. FCC - 2021

João foi condenado por tráfico de drogas. Sua pena-base foi exasperada ao fundamento de que ele possui personalidade voltada para o crime. A valoração negativa da personalidade de João é expressão do Direito Penal

- (A) do Autor.
- (B) do Fato.
- (C) Nuclear.
- (D) Periférico.
- (E) Clássico.

2. FCC - 2021

Sobre o princípio da legalidade:

- (A) limita-se à previa definição do crime, mas a pena pode ser cominada posteriormente.
- (B) aplica-se a crime e contravenções penais, salvo crimes hediondos e equiparados.
- (C) permite a retroatividade da lei penal em caso de crime violento e sexual.
- (D) constitui um entrave ao combate da criminalidade violenta no Brasil.
- (E) requer que além de prévia, a lei seja taxativa.

3. FCC - 2022

O dolo direto de segundo grau

- (A) impede a desclassificação do delito para a forma tentada.
- (B) é puramente cognitivo no direito penal brasileiro.
- (C) leva em consideração a finalidade última do agente representado pelo resultado típico.
- (D) está presente quando o agente tem consciência do risco criado por seu comportamento, considera seriamente sua realização e se conforma com o resultado lesivo.
- (E) se verifica com a consciência sobre os resultados necessários para atingir determinado fim e a vontade de seguir adiante.

4. FCC - 2021

Sobre o iter criminis é correto afirmar que

- (A) a cogitação é impunível, salvo em casos de milícia privada armada, grupo ou esquadrão.
- (B) o ato preparatório, por constituir uma antecipação da tutela penal, não admite tipificação própria no Código Penal.
- (C) o exaurimento, por se dar após a consumação da pena, não pode interferir na aplicação da pena, pois é incapaz de modificar o desvalor da ação.



1. FCC - 2022

Em 2007, foi proposto o Projeto de Lei nº 490, que altera o Estatuto do Índio. Em seu voto em separado, em 2021, a indígena Joenia Wapichana argumenta que o PL 490/2007 é inconstitucional, pois afronta direitos de caráter fundamental, assegurados pela Constituição Federal e por normativas internacionais das quais o Brasil é signatário. Com base no argumento da indígena, a aprovação desse projeto afeta a vida dos povos indígenas brasileiros porque

- (A) muda as regras para novas demarcações das terras indígenas e respeita somente as que já foram demarcadas.
- (B) altera conceitos e formas procedimentais para reconhecimento e demarcação das terras indígenas.
- (C) flexibiliza o usufruto das riquezas do solo e impede contratos de cooperação entre índios e não índios.
- (D) altera os procedimentos de consulta prévia, livre e informada e cumpre a Constituição Federal.
- (E) ataca os direitos originários dos povos indígenas e impede a presença de grandes empreendimentos dentro das áreas protegidas.

2. FCC - 2023

A Lei nº 7.716/1989 define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. Constituem efeitos da condenação a perda do cargo ou função pública, para o servidor público, e a suspensão do funcionamento do estabelecimento particular, por prazo não superior a

- (A) 3 meses.
- (B) 2 meses.
- (C) 1 mês.
- (D) 7 dias.
- (E) 15 dias.

3. FCC - 2023

De acordo com a Lei nº 7.716/1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, incorre na mesma pena de negar ou obstar emprego em empresa privada (reclusão de dois a cinco anos) aquele que, por motivo de raça ou de cor ou práticas resultantes do preconceito de descendência ou origem nacional ou étnica:

- I. deixar de conceder os equipamentos necessários ao empregado em igualdade de condições aos demais trabalhadores.
- II. impedir a ascensão funcional do empregado ou obstar outra forma de benefício profissional.
- III. proporcionar ao empregado tratamento diferenciado no ambiente de trabalho, exceto quanto ao salário.

Está correto o que se afirma em

- (A) I e III, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I, II e III.



1. FCC - 2021

Três irmãos, Edinaldo, Tiago e Umberto, estavam em uma viagem de barco por um dos afluentes do Rio Amazonas, quando a embarcação naufragou em local de forte correnteza. Umberto foi o único sobrevivente encontrado e confirma que viu Edinaldo e Tiago tentando lutar contra a correnteza quando o barco afundou, de modo que é extremamente provável que ambos tenham morrido. Após esgotarem todos os meios de buscas e verificações, não localizaram os corpos dos dois irmãos e nem foi possível determinar quem faleceu antes. Nessas circunstâncias, de acordo com o Código Civil, poderá ser declarada, para Edinaldo e Tiago, a morte

- (A) presumida, em comoriência, mesmo sem decretação de ausência.
- (B) presumida, em comoriência, necessariamente após a decretação de ausência.
- (C) ficta, sem comoriência, independentemente de decretação de ausência.
- (D) real, em comoriência.
- (E) ficta, sem comoriência, necessariamente após a decretação de ausência.

2. FCC - 2023

Segundo o Código Civil, os direitos da personalidade

- (A) não abarcam a proteção ao pseudônimo adotado para atividades lícitas
- (B) asseguram proteção ao prenome, mas não ao sobrenome.
- (C) são extintos com a morte da pessoa natural.
- (D) são intransmissíveis e irrenunciáveis, com exceção dos casos previstos em lei.
- (E) vedam, em qualquer caso, atos de disposição do próprio corpo.

3. FCC - 2022

A existência legal das pessoas jurídicas de direito privado começa com a

- (A) sua inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Economia (CNPJ), precedida, quando necessário, de autorização ou aprovação do Poder Executivo.
- (B) sua inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Economia (CNPJ), precedida, em todos os casos, de autorização ou aprovação do Poder Executivo.
- (C) inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, precedida, quando necessário, de autorização ou aprovação do Poder Executivo.
- (D) inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, precedida, em todos os casos, de autorização ou aprovação do Poder Executivo.
- (E) publicação, na Imprensa Oficial, da autorização ou aprovação do Poder Executivo da sua inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Economia (CNPJ).



1. FCC - 2021

Três irmãos, Edinaldo, Tiago e Umberto, estavam em uma viagem de barco por um dos afluentes do Rio Amazonas, quando a embarcação naufragou em local de forte correnteza. Umberto foi o único sobrevivente encontrado e confirma que viu Edinaldo e Tiago tentando lutar contra a correnteza quando o barco afundou, de modo que é extremamente provável que ambos tenham morrido. Após esgotarem todos os meios de buscas e verificações, não localizaram os corpos dos dois irmãos e nem foi possível determinar quem faleceu antes. Nessas circunstâncias, de acordo com o Código Civil, poderá ser declarada, para Edinaldo e Tiago, a morte

- (A) presumida, em comoriência, mesmo sem decretação de ausência.
- (B) presumida, em comoriência, necessariamente após a decretação de ausência.
- (C) ficta, sem comoriência, independentemente de decretação de ausência.
- (D) real, em comoriência.
- (E) ficta, sem comoriência, necessariamente após a decretação de ausência.

2. FCC - 2023

Segundo o Código Civil, os direitos da personalidade

- (A) não abarcam a proteção ao pseudônimo adotado para atividades lícitas
- (B) asseguram proteção ao prenome, mas não ao sobrenome.
- (C) são extintos com a morte da pessoa natural.
- (D) são intransmissíveis e irrenunciáveis, com exceção dos casos previstos em lei.
- (E) vedam, em qualquer caso, atos de disposição do próprio corpo.

3. FCC - 2022

A existência legal das pessoas jurídicas de direito privado começa com a

- (A) sua inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Economia (CNPJ), precedida, quando necessário, de autorização ou aprovação do Poder Executivo.
- (B) sua inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Economia (CNPJ), precedida, em todos os casos, de autorização ou aprovação do Poder Executivo.
- (C) inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, precedida, quando necessário, de autorização ou aprovação do Poder Executivo.
- (D) inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, precedida, em todos os casos, de autorização ou aprovação do Poder Executivo.
- (E) publicação, na Imprensa Oficial, da autorização ou aprovação do Poder Executivo da sua inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Economia (CNPJ).



1. FCC - 2024

De acordo com a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), as atividades de tratamento de dados pessoais deverão observar à boa-fé e, entre outros, o seguinte princípio:

- (A) Necessidade, que se traduz na garantia, aos titulares, de consulta facilitada e gratuita sobre a forma e a duração do tratamento, bem como sobre a integralidade de seus dados pessoais.
- (B) Adequação, que se traduz na realização do tratamento para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular, sem possibilidade de tratamento posterior de forma incompatível com essas finalidades.
- (C) Livre acesso, que se traduz na compatibilidade do tratamento com as finalidades informadas ao titular, de acordo com o contexto do tratamento.
- (D) Responsabilização e prestação de contas, que se traduz na demonstração, pelo agente, da adoção de medidas eficazes e capazes de comprovar a observância e o cumprimento das normas de proteção de dados pessoais e, inclusive, a eficácia dessas medidas.
- (E) Transparência, que se traduz na garantia, aos titulares, de exatidão, clareza, relevância e atualização dos dados, de acordo com a necessidade para o cumprimento da finalidade de seu tratamento.

2. FCC - 2023

De acordo com a Lei nº 13.709/2018 (LGPD), a pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais é conhecida como

- (A) Controlador.
- (B) Titular.
- (C) Operador.
- (D) Encarregado.
- (E) Gerente.

3. FCC - 2022

Conforme expressa previsão legal, NÃO se aplica a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), no tocante ao tratamento de dados pessoais

- (A) que tenham sido coletados no território nacional.
- (B) realizado para fins, exclusivamente, jornalístico e artísticos.
- (C) de indivíduos localizados no território nacional.
- (D) que tenha por objetivo a oferta ou o fornecimento de bens ou serviços no território nacional.
- (E) realizado por pessoa natural, ainda que para fins econômicos.



1. FCC - 2023

De acordo com a Constituição Federal, a ação direta de inconstitucionalidade

(A) de lei ou ato normativo federal ou estadual poderá ser proposta por partido político com representação no Congresso Nacional e pela mesa do Senado Federal, dentre outros legitimados, e será processada e julgada, originariamente, pelo Superior Tribunal de Justiça.

(B) poderá ser proposta pelo Presidente da República, por partido político com ou sem representação no Congresso Nacional, pela confederação sindical ou entidade de classe de âmbito estadual ou nacional, dentre outros.

(C) será julgada pelo Supremo Tribunal Federal e as decisões definitivas de mérito proferidas pelo Supremo Tribunal Federal não produzirão eficácia contra todos, mas terão efeito vinculante exclusivamente com relação aos demais órgãos do Poder Judiciário.

(D) poderá ser proposta pelo Governador de Estado, sendo que o Advogado-Geral da União deverá ser citado para que, previamente, defenda o ato ou texto impugnado ou concorde com a sua inconstitucionalidade.

(E) de lei ou ato normativo federal ou estadual será processada e julgada, originariamente, pelo Supremo Tribunal Federal, devendo o Procurador-Geral da República ser previamente ouvido nesse e em todos os processos de competência do Supremo Tribunal Federal.

2. FCC - 2022

Tramitando o processo perante outro juízo, os autos serão remetidos ao juízo federal competente se nele intervier a União, suas empresas públicas, entidades autárquicas e fundações, ou conselho de fiscalização de atividade profissional, na qualidade de parte ou de terceiro interveniente. Nesse sentido,

(A) o deslocamento da competência para a justiça federal ocorrerá sempre em todas as espécies de ações, excetuando-se apenas aquelas sujeitas à justiça eleitoral e do trabalho.

(B) serão remetidas igualmente ao juízo federal competente as ações envolvendo recuperação judicial, falência, insolvência civil e acidente do trabalho, mas não aquelas sujeitas à justiça eleitoral e do trabalho.

(C) ainda que o ente federal cuja presença ensejou a remessa seja excluído do processo, permanece competente o juiz federal ao qual o processo foi remetido.

(D) as pessoas jurídicas de direito público poderão, nas causas cuja decisão possa ter reflexos, ainda que indiretos, de natureza econômica, intervir, independentemente da demonstração de interesse jurídico, para esclarecer questões de fato e de direito, podendo juntar documentos e memoriais reputados úteis ao exame da matéria e, se for o caso, recorrer, hipótese em que, para fins de deslocamento de competência, serão consideradas partes.

(E) a União poderá intervir apenas nas causas em que as autarquias, fundações públicas e sociedades de economia mista figurem como rés, não cabendo a intervenção da União quando figurarem como autoras.

3. FCC - 2021

Ajuizada em Parintins, perante a Justiça Comum, ação possessória sobre imóvel situado em Manaus, estar-se-á diante de incompetência

(A) absoluta, que deve ser conhecida de ofício, em qualquer tempo e grau de jurisdição, e, uma vez declarada, acarreta a extinção do processo sem resolução de mérito.



Princípios E Atribuições Institucionais Da Defensoria Pública Do Estado

1. FCC - 2022

Art. 5º, XXXIII, da Constituição da República, reconhece o direito fundamental que todos têm de receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado. O exercício desse direito constitucional foi detalhado na Lei de Acesso à Informação – Lei nº 12.527/2011, que

(A) dispôs que o órgão ou entidade pública deverá autorizar ou conceder o acesso à informação no prazo de 5 dias, prorrogáveis, mediante justificativa idônea, a até 60 dias.

(B) tipificou como crime, passível de detenção de 6 meses a 2 anos, a conduta daquele que se recusa a fornecer informação requerida ou retarda deliberadamente o seu fornecimento.

(C) definiu como dado sujeito a sigilo, entre outros, aquele cujo teor ou natureza possa ofender a moralidade pública ou expor agente público a vexame ou constrangimento.

(D) previu que o pedido de informações contenha a identificação do requerente, a especificação da informação requerida e os motivos da solicitação de informações de interesse público.

(E) incluiu, entre aqueles obrigados a prestar as informações solicitadas, entidades privadas sem fins lucrativos que recebam, para realização de ações de interesse público, recursos públicos mediante subvenções sociais.

2. FCC - 2022

Considere as seguintes entidades:

I. controladas diretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

II. controladas indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

III. privadas sem fins lucrativos que recebam, para realização de ações de interesse público, recursos públicos diretamente do orçamento.

IV. privadas sem fins lucrativos que recebam, para realização de ações de interesse público, recursos públicos mediante subvenções sociais.

V. privadas sem fins lucrativos que recebam, para realização de ações de interesse público, recursos públicos mediante contrato de gestão.

A Lei no 12.527/2011 regula o acesso à informação. Estão sujeitas a disposições desta lei, no que couber, ainda que relativamente à parcela dos recursos públicos recebidos e à sua destinação, sem prejuízo das prestações de contas a que estejam legalmente obrigadas, as entidades constantes em

(A) **I, III, IV e V**, apenas.

(B) **I e II**, apenas.

(C) **I, II, III, IV e V**.

(D) **III, IV e V**, apenas.

(E) **I**, apenas.